

**ANPOCS – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
XXVIII ENCONTRO ANUAL**

---

**Transições ocupacionais  
e representações sobre a procura de trabalho.  
Comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de *welfare*  
(São Paulo, Paris e Tóquio)**

---

**Nadya Araujo Guimarães**

Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo  
e Centro de Estudos da Metrópole, Cebrap

E-mail: [nadya@uol.com.br](mailto:nadya@uol.com.br)

Website: <http://www.ffch.usp.br/sociologia/nadya>

A comunicação compara três mercados metropolitanos de trabalho (São Paulo, Paris e Tóquio), que se sustentam em três diferentes tipos de regime de *welfare*, para refletir sobre duas questões. Primeira: variando os sistemas de emprego e as formas de institucionalização do desemprego, variam os padrões assumidos pelas transições e trajetórias ocupacionais, inclusive as formas de recorrência do desemprego. Segunda: variando as configurações do mercado, variam as representações sobre a procura de trabalho e os padrões de mobilização de recursos para a obtenção de ocupação (mecanismos institucionalizados nos sistemas de emprego e/ou redes sociais). As informações longitudinais sobre transições ocupacionais e os dados atitudinais sobre a procura de trabalho foram obtidos em pesquisas amostrais, realizadas em cada uma das três metrópoles, num projeto comparativo internacional. Um *survey* complementar à Pesquisa de Emprego e Desemprego entrevistou cerca de 7 mil desempregados, representativos da realidade da Região Metropolitana de São Paulo; dois *surveys* em agências de emprego (dos sistemas ANPE, na França, e PESO, no Japão) entrevistaram cerca de 1600 demandantes de trabalho em Paris e 1500 em Tóquio.

---

**Comunicação apresentada ao Seminário Temático  
“Análise Sociológica dos Fenômenos Econômicos”  
Coordenadores: Ricardo Abramovay, Cécile Raud Mattedi e Roberto Grün**

**Caxambu  
26 a 30 de outubro de 2004**

**Transições ocupacionais  
e representações sobre a procura de trabalho.  
Comparando mercados de trabalho sob distintos regimes de *welfare*  
(São Paulo, Paris e Tóquio) <sup>1</sup>**

---

Nadya Araujo Guimarães<sup>2</sup>

Os mercados urbanos de trabalho, notadamente os grandes mercados metropolitanos, têm se destacado pela intensidade com que neles vem se manifestando o fenômeno do desemprego. Parcela significativa de atenção da comunidade científica, assim como do interesse das políticas públicas, tem se dirigido a entender e intervir sobre tal tendência. Entretanto, uma observação mais detida permite concluir que tais transformações nem de longe se restringem à intensificação no risco de cair ou permanecer no desemprego. Com efeito, a própria organização dos mercados metropolitanos de trabalho tem sido afetada, o que tem alterado o padrão das transições entre situações ocupacionais, quer se trate de transição entre situações de emprego e desemprego, quer se trate de transição entre situações de atividade e inatividade.

Arguo, aqui, que os padrões de transição ocupacional variam segundo a maneira como se institucionalizam, nas diferentes sociedades, os sistemas de emprego e de proteção social, os chamados “regimes de *welfare*” (para usar o conceito cunhado por Gallie et al 2000). Para

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada ao Seminário Temático “Análise Sociológica dos Fenômenos Econômicos”, coordenado por Ricardo Abramovay, Cécile Raud Mattedi e Roberto Grün e realizado durante o XXVIII Encontro Anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2004. Agradeço a Paulo Henrique da Silva e Marcus Farbelow pelo apoio na preparação e processamento dos dados que aqui apresento, bem como a Paula Montagner que, enquanto foi Gerente de Análises da Fundação Seade, compartilhou decisões relativas à concepção e implementação, no Brasil, do *survey* que facultou este estudo. As análises aqui apresentadas se beneficiam, igualmente, das discussões e textos em parceria produzidos pela equipe de coordenação do projeto comparativo internacional “Chômage: Approches institutionnelle et biographique. Une comparaison Brésil, France, Japon”, da qual faço parte, e que é formada ainda por Didier Demazière, Helena Hirata, Maria Teresa Pignony e Kurumi Sugita. Finalmente, o desenvolvimento do projeto no Brasil não teria sido possível não fora o suporte financeiro do CNPq (Auxílio Pesquisa 469792-00 e Programa de Cooperação Bilateral CNPq-CNRS Projeto 690030-01-0), do CEM (Programa Fapesp/CEPID 1998/14342-9) e da William and Flora Hewlett Foundation (US-Latin America Program, Grant # 200-5377) e o suporte institucional do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e do Centro de Estudos da Metrópole, que associa USP, Cebrap e Fundação Seade.

<sup>2</sup> Professora Livre-Docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisadora I-A do CNPq associada ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). E-mail: [nadya@uol.com.br](mailto:nadya@uol.com.br) Website: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>

argumentar nessa direção, em estudos anteriores, comparei mercados metropolitanos de trabalho em contextos diferenciados por suas lógicas institucionais.<sup>3</sup> Assim, resultados de *surveys* longitudinais, realizados segundo metodologia similar, confrontaram trajetórias ocupacionais nas regiões metropolitanas de Paris (1995-1998), Tóquio (1994-2001) e São Paulo (1994-2001), realidades que ilustram três tipos distintos de regimes de *welfare*: (i) um sólido e inclusivo sistema público, como o erigido na França, cujo ápice coincide com os chamados “trinta anos gloriosos” de expansão capitalista no pós-guerra; (ii) um pujante, conquanto seletivo, sistema privado de proteção, estabelecido, no Japão, durante a vigência do chamado “modelo de emprego vitalício”; e (iii) uma recente e restrita experiência de proteção ao desemprego, como a brasileira, que se constitui no curso da redemocratização do fim dos anos 1980, e que se erigiu sobre a base de um mercado onde predominavam intensas transições entre ocupações e, nessas, uma situação de assalariamento restrito (Lautier, 1987).

Tenho procurado salientar, nesses estudos, que os padrões de transição ocupacional diferenciam-se fortemente, refletindo as normas de emprego prevalecentes nos vários contextos institucionais. No curso da primeira parte do texto, retomarei essa idéia, examinando o caso da região metropolitana de São Paulo e situando a especificidade do padrão de transição ocupacional que nela tem lugar por comparação aos dois outros casos-tipo acima indicados e que foram igualmente estudados. Argumentarei que esse padrão, em São Paulo, funda-se em duas características principais. Em primeiro lugar, num tipo de mobilidade no mercado de trabalho marcada pelo que vim denominando como “desemprego recorrente”, para diferenciá-lo do fenômeno do “desemprego de longa-duração” que se manifesta com clareza (ainda que em graus distintos) nas duas outras regiões metropolitanas, constituindo-se no grande desafio às políticas públicas e, porque não dizê-lo, à sustentabilidade dos sistemas de proteção, ao menos tal como erigidos durante o último ciclo longo de expansão capitalista, que beneficiou tanto Paris quanto Tóquio. Em segundo lugar, sustentarei que uma outra característica específica a região metropolitana de São Paulo: o modelo de transição no mercado de trabalho contempla, aqui, tanto a mobilidade que se faz entre situações de ocupação e desemprego (ou seja, a mobilidade que ocorre nos limites internos ao mercado, tal como analiticamente costumamos entendê-lo), como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, a mobilidade que ocorre para além dos seus limites, pelo trânsito entre ocupação, ou desemprego, e inatividade).

Ora, um trânsito ocupacional que ultrapassa as bordas do mercado de trabalho seria usualmente esperado apenas em momentos determinados do ciclo de vida: seja no início deste

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Guimarães et al, 2003; Guimarães, Hirata, Montagner, Sugita, 2003; Guimarães, 2004 e 2004-a e Guimarães, Silva e Farbelow, 2004.

(quando se ingressa na ocupação, deixando a inatividade, movimento que ocorreria na passagem da juventude para a idade adulta, ao final do ciclo escolar), seja ao seu final (quando se deixa o mercado de trabalho, depois de uma longa vida ativa). Diferentemente da expectativa teórica, construída a partir do estudo de mercados de trabalho onde uma norma salarial foi institucionalizada, no caso de São Paulo, mover-se cruzando as fronteiras de saída do mercado, mostra-se um tipo de transição tão banal quanto se mover entre ocupação e desemprego. Ademais, longe de ser este um padrão restrito a um grupo social, circunscrito e marcado pela sua progressiva desafiliação (Castel, 1995), no caso de São Paulo, isso pode ser flagrado como norma para parcela quantitativamente muito significativa da população em idade ativa.<sup>4</sup> Assim, a primeira parte do texto procurará documentar o argumento de que, sob distintos sistemas de emprego e formas de institucionalização do desemprego, diversos são os padrões assumidos pelas transições e trajetórias ocupacionais, inclusive as formas do desemprego.

Mas, por outro lado, o texto procurará avançar um segundo argumento, qual seja, de que variando as configurações dos mercados, variam igualmente as representações sobre a procura de trabalho e os padrões de mobilização de recursos para a obtenção de ocupação (mecanismos institucionalizados nos sistemas de emprego e/ou nas redes sociais). Para argumentar nessa direção, compararei resultados de três *surveys* longitudinais, que se integraram, para fins analíticos, em um mesmo projeto comparativo internacional.<sup>5</sup> O primeiro desses *surveys* teve lugar na França, em três grandes regiões, incluindo-se, dentre elas, a região metropolitana de Paris-Île de France, que será aqui analisada; nele foram pesquisados eventos ocupacionais vividos por demandantes de emprego no período compreendido entre 1995 e 1998.<sup>6</sup> O segundo teve lugar no Brasil, e se realizou na região metropolitana de São

---

<sup>4</sup> Conquanto desigualmente distribuído entre homens e mulheres, negros e brancos, como tive oportunidade de documentar em outra oportunidade (Guimarães, Silva e Farbelow, 2004).

<sup>5</sup> Trata-se do antes referido projeto “Chômage: Approches institutionnelle et biographique. Une comparaison Brésil, France, Japon » (Demazière, Guimarães, Hirata, Pignony, Sugita, 2000).

<sup>6</sup> Trata-se do painel “Trajectoires des demandeurs d’emploi en marchés locaux de travail » (TDE-MLT), levado a campo, na França, pelo Ministère du Travail et de la Solidarité, através do DARES - Direction de l’animation de la recherche, des études et des statistiques. Primeiro dentre os três levantamentos realizados, o painel TDE serviu de inspiração para os dois outros levantamentos conduzidos no projeto comparativo internacional. Este painel teve como ponto de partida uma coorte de novos inscritos junto à ANPE (Agence Nationale pour l’Emploi), no período abril-junho de 1995; para compor o painel foram incluídos apenas os indivíduos com menos que 55 anos no momento de início do desemprego e que residissem em uma de 8 zonas (ou “bacias de emprego”, conforme denominadas), uma delas a região metropolitana Paris-Île de France. Montou-se um painel prospectivo, cobrindo 33 meses de pesquisa, com base em três levantamentos de acompanhamento, depois da inscrição do selecionado junto à ANPE. No primeiro levantamento (face-a-face) entre janeiro-março de 1996, foram alcançadas 8125 pessoas; no segundo levantamento (por telefone), realizado em 1997, logrou-se preservar 6480 dos respondentes iniciais; no terceiro levantamento (por telefone), realizado em 1998, restaram 5262 dos respondentes iniciais. Eles formam o grupo que analisarei.

Paulo, colhendo dados sobre transições ocupacionais no período 1994-2001.<sup>7</sup> O terceiro teve lugar no Japão, na região metropolitana de Tóquio, tendo colhido informações que relativas ao período 1990-2001.<sup>8</sup>

Que podemos, então dizer dos padrões assumidos pelas transições e trajetórias ocupacionais, inclusive as formas do desemprego, nessas três situações onde variam sistemas de emprego e regimes de *welfare*? A isto dedicarei a parte inicial, a seguir.

*Transições ocupacionais, desemprego recorrente e desemprego de longa duração: sistemas de emprego, regimes de welfare e padrões de trajetória*

Desde a década de 1950, São Paulo consolidou-se como a maior metrópole brasileira, concentrando uma parcela significativa do produto interno bruto do Brasil, particularmente da produção industrial. A partir dos anos 1980, mas de forma especialmente notável ao longo da década de 1990, a região passou por uma nova onda de mudanças, que permite entrever importantes processos em curso. No campo econômico, ela deixou gradativamente de ser o principal pólo brasileiro de atração de investimentos industriais e passou a dividir, especialmente com outras regiões do próprio estado, o peso relativo que antes lhe cabia na produção nacional. Em contrapartida, as atividades terciárias cresceram e se diversificaram. Ao mesmo tempo ampliaram-se, em seu território, as atividades de comando de negócios, notadamente de grandes empresas nacionais e transnacionais.

Tal processo de reestruturação, intensificado ao longo dos últimos quinze anos, se por um lado aumentou a competitividade e a capacidade de inserir-se numa economia mais globalizada, por

---

<sup>7</sup> Tal levantamento foi realizado como parte do programa de pesquisas do CEM, em parceria com a Fundação SEADE; os dados foram colhidos por meio de um questionário suplementar anexado à PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego, que a Fundação desenvolve, desde 1985, por amostra domiciliar representativa da população economicamente ativa da Região Metropolitana de São Paulo. Entre abril e dezembro de 2001, cerca de 27 mil domicílios foram pesquisados e, neles, aplicado o questionário suplementar com um aproveitamento final de 83% dos casos. Gerou-se uma base de informações significativas sobre perto de 53.170 indivíduos, dos quais, no momento da entrevista, cerca de 28.189 foram classificados como ocupados, 6.627 como desempregados e 18.354 como inativos. A duração do tempo de coleta (9 meses) foi uma decorrência da necessidade de produzir-se uma amostra que, por seu tamanho, pudesse ser representativa de todos os segmentos, inclusive dos desempregados, que eram o menor contingente.

<sup>8</sup> O levantamento empírico por questionário foi aplicado junto a 12 Agências (*Shokugyo antei sho* ou *Hello Work*), do sistema PESO - Public Employment Security Office, no período compreendido entre 1 e 31 de agosto de 2001, em quatro localidades da Região Metropolitana de Tóquio: Tóquio, Kanagawa, Chiba e Saytama. Foram entregues questionários individuais a todos os desempregados que afirmaram estar procurando trabalho quando abordados pela equipe de pesquisadores presentes na agência. Alguns deles preencheram o questionário no local, enquanto outros levaram-no para casa, enviando-o pelos correios posteriormente. Ao todo foram entregues em mãos 6.222 questionários, com a taxa de retorno de 27,1%, do que resultaram 1.685 questionários preenchidos e 1503 casos válidos.

outro atingiu profundamente o mundo do trabalho, com efeitos sobre as condições de ocupação e renda dos que nela residem (Comin, 2003).

Dois importantes sinais dessa nova realidade evidenciam-se. Primeiramente, na elevação significativa do tempo de procura de trabalho, que dobra em 10 anos; seu crescimento deu-se a um ritmo particularmente acelerado na segunda metade dos anos 90, notadamente pós 1997. E por mais que variem as estatísticas e metodologias, fica evidente que a procura de trabalho se torna mais árdua; e isto afeta tanto aqueles em situação de desemprego aberto, como o conjunto dos que buscam uma ocupação. Em segundo lugar, no novo patamar alcançado pelas taxas de desemprego, aberto e oculto, que passaram a estar acima dos dois dígitos, tendo chegado a ultrapassar, nos momentos mais críticos, 20% da população em atividade (cf metodologia PED apud Montagner, 2003).<sup>9</sup>

Ora, quando o alongamento dos tempos de desemprego e de procura de trabalho convive com um sistema de proteção pouco efetivo produz-se um efeito de elevada insegurança ocupacional, que se expressa – em realidades como a de São Paulo - num intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho, reflexo do esforço individual no sentido de obter algum rendimento, que permita a sobrevivência, dada a fragilidade da proteção institucional. Ou seja, nos anos mais recentes, o trânsito no mercado de trabalho se intensifica, aumentando a insegurança ocupacional a que estão sujeitos os indivíduos, que passam com muita frequência da condição de ativos à de inativos, de ocupados à de desempregados (e vice-versa).

Essas condições produziram um fenômeno algo diferente do que foi observado, notadamente a partir dos 80, nos países europeus economicamente mais avançados. Nestes, foi o aumento do desemprego de longa duração que se constituiu no desafio, tanto à interpretação dos cientistas sociais, quanto aos modelos de financiamento das políticas de proteção social, construídas ao longo de uma sólida experiência de regimes públicos de *welfare*. Entre nós, na ausência de uma tal experiência histórica de proteção, a intensificação das transições no mercado de trabalho e, sobretudo, o fenômeno da recorrência do desemprego, tornaram-se desafios ao nosso entendimento (Dedecca, 1999; Guimarães et al, 2003).<sup>10</sup>

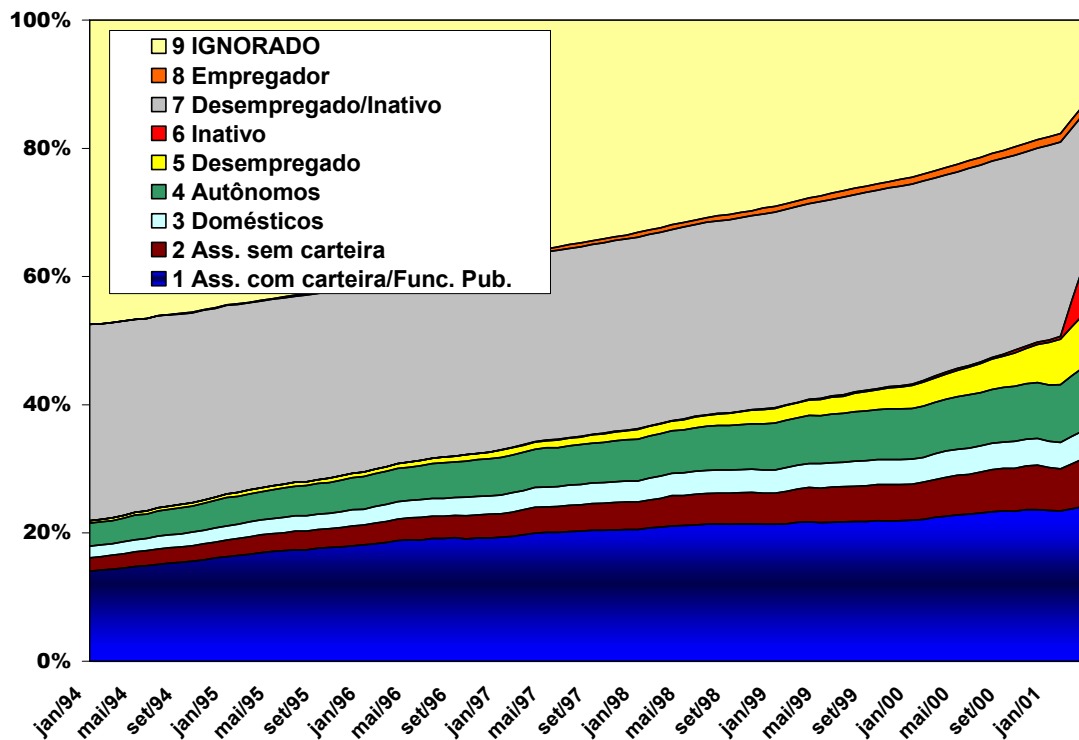
---

<sup>9</sup> Para uma descrição mais detalhada dessas novas tendências do desemprego, ver Guimarães et al (2003), notadamente capítulos 3 (por Montagner) e 4 (por Guimarães, Hirata, Montagner e Watanabe).

<sup>10</sup> De fato, estudos promovidos pelo Governo do Estado de São Paulo – através da sua Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), indicaram que, a cada 12 meses, nada menos que  $\frac{3}{4}$  dos indivíduos economicamente ativos mudavam de situação no mercado paulistano de trabalho (Guimarães et al, 2003, cap. 4).

A situação no mercado de trabalho do estoque dos cerca de 50 mil indivíduos pesquisados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) foi inicialmente observada numa série temporal, colhida para o período janeiro de 1994 e abril de 2001. Por meio dela já se pode flagrar alguns aspectos intrigantes que chamam a atenção.<sup>11</sup>

**Figura 1**  
**São Paulo: Situação Ocupacional do Entrevistado entre Janeiro de 1994 e Abril de 2001**



Fonte: SEP. Convênio SEADE–DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

<sup>11</sup> Para esse estudo longitudinal, um questionário domiciliar suplementar à PED-RMSP procurou retrair os percursos de indivíduos em idade ativa, nas suas transições entre situações no mercado de trabalho de São Paulo, entre janeiro de 1994 e abril de 2001. Com a intenção de minimizar erros ou lapsos de memória do respondente, foi estabelecido um marco de tempo para a reconstituição das trajetórias, o ano de 1994, assumindo-se como ponto de origem o momento em que um plano de estabilização monetária (o “Plano Real”) alterou referentes importantes do cotidiano econômico, sendo tratado como um marco factível para organização da memória do respondente (o que se mostrou válido no pré-teste). Como, pela metodologia PED, são considerados em idade ativa os indivíduos com 10 anos e mais, o questionário suplementar teve que se restringir aos respondentes que, em 2001, tinham ao menos 16 anos, visto que somente para esses haveria uma história ocupacional possível que recuasse até o ano de 1994, marco inicial do levantamento quantitativo.

Um primeiro aspecto logo se destaca quando observados os resultados dos sucessivos cortes transversais apresentados na Figura 1. As figuras polares - típicas do mundo do trabalho, presidido pela relação salarial - são ali minoritárias. A conjunção entre assalariados regulares, com carteira assinada e os direitos que lhe são associados (que alcança no máximo 25% dos casos) e indivíduos em desemprego aberto (ao redor de 8% dos entrevistados a cada momento) deixa de fora, em média,  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados, sendo claramente insuficiente para descrever a situação dos cerca de 50 mil indivíduos cujas posições no mercado de trabalho acompanhei ao longo de 7 anos do pós-Real (até 2001). Já situações a que muitas vezes alude-se como “de fronteira”, por representarem uma certa “zona [conceitualmente] cinzenta” no mercado de trabalho, são numericamente bem mais significativas. Apenas para tomar um exemplo, o Leitor pode observar, na Figura 1, aquela ampla camada formada (ano após ano) pelos indivíduos que, não estando na situação de ocupados, engrossam as fileiras dos que transitam entre desemprego e inatividade; seu estoque alcança, em média, 30% dos casos. É esse tipo de achado que nutre o interesse pela análise longitudinal de transições ocupacionais. Qual a novidade que ela agrega e qual a sua vantagem interpretativa?

De fato, para documentar de modo preciso o fenômeno da recorrência no desemprego, que já aparece sugerida na Figura 1, faz-se necessário um outro tipo de análise que, tomando os indivíduos como unidades de observação, faculte igualmente acompanhar, ao longo do tempo, os vários movimentos individuais no mercado de trabalho. Em vez de uma fotografia sobre a situação do estoque de casos a cada momento, uma análise do fluxo dos indivíduos no mercado. Só assim pode-se identificar os percursos típicos, que agregam sub-grupos de pessoas em torno a padrão(ões) de trajetória ocupacional. Combinando análise fatorial de correspondência e análise de clusters foi possível, então, identificar padrões que reduzissem a enorme quantidade de percursos individuais singulares a um grupo menor de trajetórias ocupacionais agregadas. Em trabalho anterior (Guimarães, 2003) tais trajetórias foram identificadas, tanto para aqueles que, em 2001, no momento do levantamento de dados, estavam em situação de desemprego, como para os que estavam em situação de ocupação e de inatividade.

E qual o achado mais intrigante da observação feita sobre a Região Metropolitana de São Paulo? Um intenso trânsito entre atividade e inatividade - e não somente entre desemprego e ocupação - se constituía na mais importante característica das transições entre situações ocupacionais dos indivíduos cujas trajetórias foram analisadas, a partir da observação dos seus movimentos no mercado de trabalho durante o período compreendido entre 1994 e 2001 (Guimarães, 2003). Os quadros 1, 2 e 3 apresentam as classes de trajetórias ocupacionais

identificadas, respectivamente, para os que estavam ocupados, desempregados e inativos em 2001.<sup>12</sup> Vejamos um a cada vez.

Em abril de 2001, pouco mais da metade dos casos (53% deles, perfazendo 28.189 indivíduos) foi classificada, no momento da entrevista, como constituída por pessoas “ocupadas”. A análise dos seus percursos permitiu identificar 7 *clusters* que tinham em comum partilhar um mesmo padrão de trajetória ou, para dizê-lo em bom português, 7 classes de trajetórias típicas, que são apresentadas no Quadro 1.

**Quadro 1**  
**Ocupados: Trajetórias agregadas 1994-2001**

		Frequência Absoluta	Percentual (da amostra total)
Classes de Trajetórias	1. Assalariados com carteira	8439	15,9
	2. Empregadores	619	1,2
	3. Desempregados ou inativos	1725	3,2
	4. Transições intensas, percurso ignorado	6694	12,6
	5. Autônomos	2730	5,1
	6. Domésticos	1264	2,4
	7. Assalariados sem carteira	6718	12,6
	Sub-total dos ocupados	28189	53
	<i>Outras situações em 2001 (desempregados ou inativos)</i>	<i>24981</i>	<i>47</i>
	<b>Total de casos</b>	<b>53170</b>	<b>100</b>

Fonte: SEP. Convênio SEADE–DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

Há um elevado percentual de casos sobre os quais, dada a intensidade das transições, o percurso resulta de impossível classificação; isto é, não há um padrão identificável e o tipo de trajetória resta “ignorado” (30%). Entretanto, comparando-se os dados dos quadros 2 e 3 aos do

<sup>12</sup> Por se tratar de um questionário suplementar a uma pesquisa (a PED) de tipo transversal, não era possível coletar a informação sobre o percurso ocupacional indagando sobre todos os eventos, na forma de um questionário-calendário, que fosse não apenas longitudinal, mas também exaustivo. Assim, foram coletadas informações sobre três eventos ocupacionais, entre 1994 e 2001: o mais recente, o que lhe antecedeu e aquele que era reputado, pelo respondente, como o mais importante para descrever a sua situação no período. O interstício entre os dois primeiros era igualmente caracterizado. Com base nessas informações, um calendário de situações ocupacionais foi montado para cada indivíduo. A partir desse calendário foram realizados os procedimentos estatísticos para identificar trajetórias agregadas descritos nessa primeira parte do texto.

quadro 1, chama a atenção como esse percentual (evidencia da maior instabilidade das trajetórias) é especialmente mais reduzido entre os “ocupados” do que é entre os “inativos” (onde alcança 50% dos casos) ou entre os “desempregados” (onde chega a 69% dos casos).

Isto permite, por um lado, intuir que o risco da recorrência entre situações no mercado de trabalho é muito desigualmente distribuído.<sup>13</sup> Mas, pode-se intuir também que tal risco parece estar fortemente informado pelo próprio percurso, de sorte que a inclusão no mundo dos ocupados dota os indivíduos de redes de relações as quais, em que pese não lhes assegurem “bons empregos” (somente 30% deles formam o núcleo duro que reúne assalariados com carteira e empregadores), parece ser capaz de reduzir a recorrência das transições, fazendo-as menos prováveis (1 em cada 3 casos entre os ocupados, contra 3 em cada 4 casos em se tratando de desempregados).

Vejamos cada uma das trajetórias típicas dos ocupados. Os dois primeiros *clusters* resultantes da análise estatística configuram a polaridade clássica da relação salarial: os assalariados formalmente registrados, por um lado, e os empregadores (classes 1 e 2), por outro, núcleo duro num mercado capitalista de trabalho. Seu peso, entretanto, reúne apenas 1/3 dos ocupados. Para completar a descrição dos 2/3 restantes, temos que passar ao mundo onde são intensas as transições ocupacionais, ao mundo da recorrência no desemprego e/ou na inatividade, e da privação de direitos. Esse mundo está representado pelos *clusters* seguintes que surgem na análise estatística.

De fato, eles configuram quatro distintas classes de percurso (numeradas no Quadro 1 como 3 a 6), onde estão estampadas as situações de ocupação por vezes ditas “atípicas” face à relação polar clássica: são os que, embora ocupados em abril de 2001, têm uma trajetória anterior construída fora da ocupação, entre o desemprego e a inatividade (3); são aqueles de tão intensa transição que não é possível identificar um padrão de trajeto (4); são os autônomos (5); e são os trabalhadores no serviço doméstico (6). Finalmente, uma última classe de percurso é constituída por aqueles que, embora tendo passado parte significativa da trajetória anterior em relações assalariadas de trabalho, careciam dos principais direitos que se lhes associam, por não terem contrato formal de trabalho (classe 7).

Pelo seu significado numérico, dois grupos se destacam: o daqueles que fizeram trajetórias predominantemente no assalariamento desprotegido e os que, por transitarem tão intensamente, não têm padrão de trajetória identificável. Juntos, esses dois *clusters* reúnem nada menos que 48% dos indivíduos que, em 2001, estavam na situação de ocupados.

---

<sup>13</sup> Detalhes nessa linha de argumentação podem ser encontrados em Guimarães, Silva e Farbelow (2004).

E o que acontece quando se observam as trajetórias típicas dos que a pesquisa encontrou, em 2001, na condição de desempregados?

## Quadro 2

### Desempregados: Trajetórias agregadas 1994-2001

		Frequência Absoluta	Percentual
Classes de Trajetórias	1. Transições intensas, percurso ignorado	4549	8,6
	2. Desempregado	627	1,2
	3. Desempregado ou inativo	1451	2,7
	Sub-total dos desempregados	6627	12,5
	<i>Outras situações em 2001 (ocupados ou inativos)</i>	46543	87,5
	<b>Total de casos</b>	53170	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE–DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

Tal como antecipado, é justamente entre os desempregados que a intensidade das transições ocupacionais se faz mais forte: para 2/3 dos casos (nada menos que 4.549, ou 69% deles) nenhum padrão de trajeto é identificável e o percurso não pode ser descrito, dada a pequena parcela do tempo recoberto pela soma dos três eventos que foram coletados. Isso faz com que 4 em cada 7 desempregados, por terem transitado tão intensamente entre situações no mercado de trabalho entre 1994 e 2001, tenham trajetórias sobre as quais tudo o que se pode dizer é que não há um padrão regular que se consiga inferir e que retrate os 7 anos observados. Visto como um conjunto trata-se de um grupo levemente mais masculino, mas equilibrado no que concerne à participação por sexo e cor; no que respeita à idade, tem um formato bi-modal: um sub-grupo mais jovem (30% dos casos entre 18 e 24) e outro mais idoso (49% deles entre 30 e 49); por isso mesmo, chefes e filhos predominam. A escolaridade é baixa e o desemprego aberto é aquele que assume a forma mais importante no momento da entrevista (63%).

Será possível dar algum sentido substantivo a esses achados? Acredito que sim. Em primeiro lugar, eles parecem sugerir, como antecipado acima, que a intensidade das transições entre situações no mercado de trabalho é a norma no percurso dos desempregados – isto tipifica o “desemprego recorrente”. Em segundo lugar, mesmo ali onde se identifica um padrão de trajeto a partir dos 3 eventos coletados, a situação fronteira que se situa entre desemprego e inatividade é também a marca dominante. Ela se constitui na segunda classe de trajetória, por sua significação numérica (cerca de 22% dos casos). Está formada por um grupo caracteristicamente feminino (73%

dos casos), em sua maioria constituído por cônjuges (52%) e marcado pelo predomínio não apenas das mulheres, mas das mulheres brancas. Sua escolaridade é ainda mais baixa que a do grupo anterior (contem mais analfabetos, e o grupo inclui, em 50% dos casos, pessoas com escolaridade inferior ao fundamental incompleto). Têm no “desemprego oculto pelo desalento” a forma de desocupação mais importante.

Ora, se a saída do mercado de trabalho, como recorrência típica em transições ocupacionais, parece ser muito mais comum que o esperado, tanto entre os ocupados como entre os desempregados, que dizer do padrão de transição ocupacional daqueles que já estavam, na RMSP em 2001, na condição de inativos?

No Quadro 3 pode-se verificar que, conquanto exista (o que se poderia chamar) um núcleo duro da inatividade, onde estão localizados aqueles trabalhadores de maior idade, predominantemente brancos, que se retiraram do mercado de trabalho, via de regra aposentando-se, essa não é a situação majoritária; ao contrário, nela se incluem apenas 8% dos casos. Novamente aqui, a maioria dos que passam pela inatividade é formada por aqueles trabalhadores que expressam, em suas trajetórias, tão intensas transições, entre tão diferentes situações, que sequer lhes podemos reconstruir o percurso. Observe-se que, aqui, aqueles cujo percurso tem padrão “ignorado” formam o *cluster* mais importante, com quase 50% dos casos (classe 1 no Quadro 3). Depois dele, formando o segundo *cluster* em importância numérica, estão os representados pela classe 4: aqueles que transitam, seja entre ocupação precária e inatividade, seja entre desemprego e inatividade.

### Quadro 3

#### Inativos: Trajetórias agregadas 1994-2001

		Frequência absoluta	Percentual
Classes de Trajetórias	1. Transições intensas, percurso ignorado	9287	17,5
	2. Aposentados (Assalariados com carteira ou funcionários públicos)	1549	2,9
	3. Transitando entre inatividade e trabalho autônomo	524	1
	4. Transitando entre desemprego e inatividade	6994	13,2
	Sub-total dos inativos	18354	34,6
	<i>Outras situações em 2001 (ocupados ou desempregados)</i>	<i>34816</i>	<i>65,4</i>
	<b>Total de casos</b>	<b>53170</b>	<b>100</b>

Fonte: SEP. Convênio SEADE–DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego–PED. Questionário Suplementar SEADE/CEM “Mobilidade Ocupacional”.

Qual seria, então, o achado analiticamente mais intrigante desse conjunto de resultados? Arrisco sugerir que, no caso da maior metrópole brasileira, o mercado de trabalho não demarca, ao menos com a clareza que seria analiticamente esperada, as fronteiras que separam a “atividade econômica” (para o que “ocupação” e “desemprego” se constituem nas situações alternativas típicas) da “inatividade econômica”. Dito de outro modo, a inatividade deixou de ser, ao menos entre nós, um fenômeno de mão-única, que tem lugar nos extremos da trajetória ocupacional, em precisos momentos do ciclo de vida do trabalhador, a saber: num momento inicial, de entrada no mercado de trabalho (quando jovens passam da condição de inativos à de ativos) e no momento final de saída do mercado de trabalho (quando idosos passam da condição de ativos à de inativos). Isto equivale a dizer que o movimento de entrada e saída da atividade econômica (da força de trabalho que se oferece no mercado) pode ser tão regular quanto o movimento entre ocupação e desemprego. Em consequência, as transições ocorrem, de modo igualmente provável, entre todas as três possíveis situações individuais vis-à-vis o mercado de trabalho (ocupação, desemprego e atividade), e não somente entre aquelas duas, típicas da operação ordinária do mercado capitalista de trabalho (ocupação e desemprego).

Será isto diferente, quando comparada São Paulo a outras metrópoles, em que distintos regimes de institucionalização do emprego e do desemprego foram erigidos? Em outras oportunidades (Guimarães, 2004 e 2004-a) detalhei evidências nessa direção. Retomo-as brevemente.

Tal como dito acima, dois outros estudos empíricos, igualmente sustentados em metodologias de tipo longitudinal, foram conduzidos em Paris e Tóquio, tratando transições e trajetórias em momentos de expansão significativa do risco do desemprego. Neles, questionários aplicados junto a demandantes em agências de emprego, permitiram também identificar padrões de trajetórias agregadas, inferidos a partir das múltiplas transições que os indivíduos haviam vivido na sua experiência no mercado de trabalho, num período antecedente. Por serem estudos empíricos que tiveram agências de emprego, e não domicílios, como seus espaços de observação, os seus achados somente são comparáveis aos que antes apresentamos, para São Paulo, com respeito aos desempregados.

A pergunta que focaliza a comparação no ponto preciso que nos interessa poderia ser assim formulada: considerando os percursos dos desempregados nas três metrópoles, e tendo em mente que a instabilidade ocupacional (e as transições ocupacionais) são crescentes num contexto de flexibilização no uso do trabalho (que atinge todas elas), como descrever a especificidade de um contexto de desemprego de tipo recorrente, como o brasileiro, vis-à-vis um contexto de desemprego

de longa duração, como os dois outros, no que tange aos tipos de trajetórias que nele são produzidas? Inexistiriam diferenças e o Brasil seria uma sorte de antevisão perversa do futuro que espera os países onde se erigiram regimes relativamente sólidos de proteção social, sejam eles públicos (como na França), sejam eles privados (como no Japão)? Deveríamos respaldar hipóteses como a de uma “brasilianização” das sociedades ocidentais, conseqüente à transformação dessas em sociedades de risco (Beck, 2000)?<sup>14</sup>

No caso de Paris-Île de France, é certo que o desemprego se torna um fenômeno que, desde os 80, atinge duramente seu mercado de trabalho.<sup>15</sup> Entretanto, à diferença de São Paulo, a análise dos percursos destaca situações típicas de um mercado capitalista organizado, onde domina a norma salarial. Se considerarmos os dois estratos formados pelos que haviam estado em desemprego aberto e os que haviam estado ocupados sob a relação salarial típica (o contrato de duração indeterminada, o CDI), podemos ver, qualquer que seja o momento nos 35 meses observados, que eles formam sempre a parcela mais importante dos casos. É o que fica evidente na Figura 2, onde o estoque dos entrevistados é acompanhado, em sua situação ocupacional, a cada mês considerado na pesquisa. O leitor bem se recorda de que, em São Paulo, uma conjunção equivalente deixava de fora nada menos que  $\frac{3}{4}$  dos entrevistados.

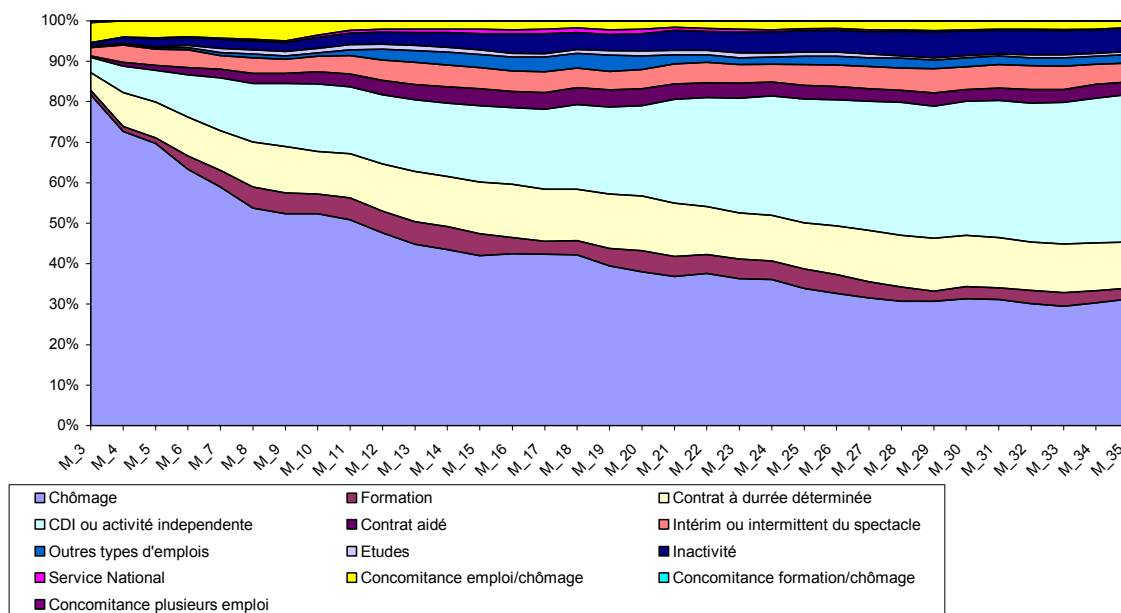
---

<sup>14</sup> Em outro momento argumentei mais longamente e em maior detalhe (no que concerne ao uso da informação empírica de corte comparativo sobre São Paulo e Paris) para confrontar tal tipo de hipótese, dados seus resultados analiticamente equivocados, em que pese a boa-intenção política (ver Guimarães, 2004).

<sup>15</sup> Ver Demazière (1995, 1995-a e 1997), Demazière e Dubar (1987), Freyssinet (1984 e 1997), Friot e Rose (1996), Gautié (2003), Maruani (2002), Maruani e Reynaud (1993), Supiot (1999), dentre outros.

**Figura 2**

Paris - Île de France: Situação ocupacional dos entrevistados (1995-1998)



Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Pannel TDE « Trajectoires des demandeurs d'emploi ». Processamentos próprios.

Ainda mais clara se torna a diferença quando nos perguntamos pelas trajetórias agregadas que resumem as transições que ocorrem nos percursos ocupacionais dos parisienses (Quadro 4). O desemprego de longa duração é a situação prévia característica do *cluster* numericamente mais importante entre os que estavam à procura de trabalho. Mas, por certo, há, entre os atuais desempregados, aqueles que vieram de um percurso prévio por ocupações; entretanto, eles haviam sido predominantemente empregados regulares, diretamente contratados (seja por tempo indeterminado, seja por tempo determinado, seja transitando entre uma e outra forma de contrato). Metade da amostra pode ter seu padrão de trajetória descrito somente a partir daquelas duas situações historicamente típicas da condição de ocupado num mercado capitalista de trabalho: o desemprego protegido e o assalariamento regular de longa duração. E se incluirmos o assalariamento por tempo determinado, o CDD (novidade no quadro da norma salarial dos “30 gloriosos”) teremos nada menos que  $\frac{3}{4}$  da amostra. E conquanto as transições sejam mais intensas ali onde as trajetórias agregadas remetem às modalidades ditas “a-típicas” de emprego (sub-contratados ou sob outros tipos de emprego), é sempre possível (à diferença de São Paulo)

identificar um padrão de trajetória como dominante no percurso. Finalmente, a passagem à inatividade não abrange mais que 5% dos casos na região de Paris-Île de France.<sup>16</sup>

#### Quadro 4

#### Trajетórias agregadas dos desempregados na Região Metropolitana de Paris-Île de France

Classes de Trajetórias	Freqüência absoluta	Percentual simples	Percentual acumulado
1 – Desemprego	499	30,7	30,7
8 - Empregado regular sob contrato de duração indeterminada (CDI)	265	16,3	47,0
3 – Empregado regular transitando entre CDI e CDD (contratos de duração determinada)	248	15,3	62,3
6 – Empregado regular sob contrato CDD	178	11,0	73,3
5 – Sub-contratado	114	7,0	80,3
2 – Desempregado em programa de treinamento	100	6,2	86,5
7 – Beneficiário de contrato de proteção social	88	5,4	91,9
9 - Inativo	85	5,2	97,1
4 – Em outros tipos de emprego	47	2,9	100,0
<b>Total</b>	<b>1624</b>	<b>100</b>	

Fonte: Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, DARES, Painel TDE « Trajectoires des demandeurs d'emploi ». Processamentos próprios.

Que dizer do caso japonês ? À diferença do levantamento feito na região metropolitana de Paris, onde um painel prospectivo acompanhou uma coorte de desempregados inscritos na Agencia Nacional para o Emprego (ANPE) e pôde recuperar de maneira exaustiva sua história ocupacional no período estudado, no caso da região de Tóquio trata-se de uma enquête por questionário, feita com uma única coleta, de tipo retrospectivo, que permitiu analisar uma amostra de demandantes de emprego em agências do sistema público de emprego japonês.<sup>17</sup> Dadas as limitações da coleta, e

<sup>16</sup> Para maiores detalhes no estudo dos padrões de transição ocupacional no caso francês, ainda analisando esta mesma base de dados, ver, além dos trabalhos já citados de Guimarães (2004 e 2004-a), os textos de Pignony e Poujouly (1999), Pignony, Poujouly e Viney (1998), Canceill e Huyghues Despointes (1999 e 2003).

<sup>17</sup> Por certo essas diferenças não são casuais. No caso francês, era possível conceber um painel e um questionário de tipo calendário, dada a importância do sistema público de intermediação, re-qualificação e assistência, erigido pela ANPE; importante seja por sua cobertura e eficácia em termos dos benefícios (que atraem mais que 80% dos desempregados para ali se registrarem), seja (e, sobretudo, para os alvos da pesquisa) por suas formas de acompanhamento e avaliação dos “bons desempregados” (para referir aqueles que cumprem as “boas” regras da procura ativa de trabalho). Essas razões, sem dúvida, viabilizaram, na França, o desenho longitudinal de tipo exaustivo com uma mesma coorte de demandantes. Já no caso japonês,

dada ainda a importância (apesar da crise) do sistema de emprego dito “vitalício”, os pesquisadores decidiram indagar apenas por um único evento ocupacional anterior, para aqueles que estivessem demandando trabalho na condição de desempregados; ou seja, apenas um evento ocupacional foi pesquisado, acreditando-se que ele bem descreveria uma história longa de passagens pelo mercado de trabalho que poderia remontar ao início dos anos 90, perfazendo 11 anos em total. E, de fato, é notável a importância desse único e duradouro emprego assalariado regular, situação mais recorrente na história anterior dos atuais demandantes em agências na região metropolitana de Tóquio. É o que se vê na Figura 3, onde a situação ocupacional do estoque dos entrevistados é apresentada, mês a mês, entre janeiro de 1994 e julho de 2001.

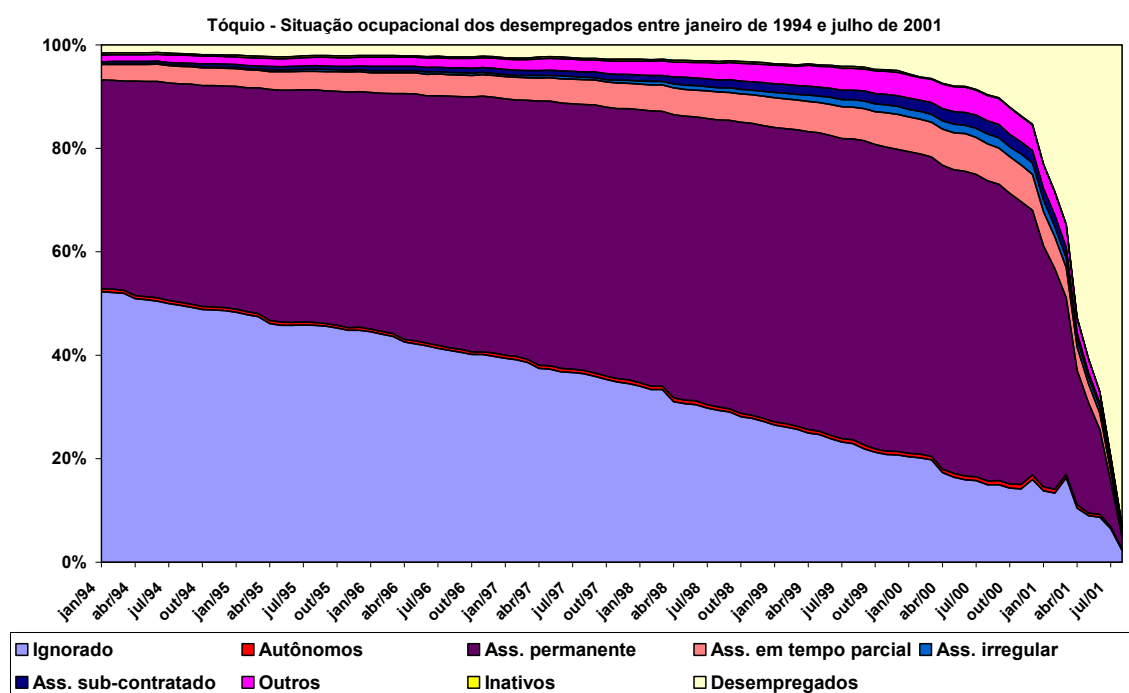
Ali, enquanto o desemprego se constitui numa situação absolutamente minoritária, qualquer que seja o mês observado (à exceção, naturalmente, do momento da coleta), destaca-se a importância do emprego assalariado de tipo permanente, como o que agrupa a maior quantidade de casos. Vale dizer, apenas um emprego pode explicar parcela ponderável dos percursos ocupacionais dos atuais demandantes durante 11 anos da sua biografia ocupacional. O desemprego, por sua vez, além de durar relativamente pouco (face ao padrão francês do desemprego de longa duração, por exemplo), também não pode ser caracterizado por sua recorrência, como no caso brasileiro. Na região de Tóquio, se recorrência há, ela parece ser a recorrência do emprego, duradouro e protegido pelo assim-chamado sistema de emprego vitalício.<sup>18</sup> Mas, a presença (também marcante) de uma parcela de indivíduos cujos percursos restam ignorados evidencia a intensidade da fratura da norma ocupacional no chamado “sistema de emprego vitalício”, manifesta no início dos anos 2000.

---

a cobertura do sistema público é algo ainda em construção, razão pela qual o retorno do demandante é menos regular, como (e isto é especialmente importante) mostrou-se impossível, pela resistência do entrevistado (culturalmente explicável) a agendar contato pessoal de seqüência, que facultasse a montagem de um painel prospectivo, seja na sua residência ou por telefone.

<sup>18</sup> Mas, a presença (também marcante) de uma parcela de indivíduos cujos percursos restam ignorados, parece sugerir que se deveria aprofundar o estudo das formas de transição entre ocupações também no Japão, que parece estar contida nesse achado inesperado, ao menos para os nossos colegas pesquisadores que adaptaram o estudo empírico ao caso japonês.

**Figura 3**



Fonte: Projeto “Chômage: approches institutionnel et biographique. Une comparaison Brésil, France, Japon ». Levantamento empírico em agosto de 2001 em agências do sistema PESO, região metropolitana de Tóquio. Processamentos próprios.

Quando se analisam padrões de trajetórias agregadas, no caso de Tóquio, fica ainda mais saliente como a parcela mais importante desse mercado de trabalho se organiza ao redor de situações típicas do sistema de emprego vitalício: nada menos que 50% dos indivíduos atualmente demandando trabalho nas agências do sistema “*Hello Work*” haviam feito, antes do desemprego, uma trajetória de vínculo permanente a um único emprego regular. Contrariamente a estes, cerca de um terço (mais exatamente 38%) haviam feito um percurso que, pela falta de informação na coleta, não pode ser descrito; a indicar, como dito antes, que se trata de uma situação de recorrência entre empregos, antes extraordinária mas agora crescente, com a dissolução de alguns dos pilares da antiga forma de institucionalização do sistema de emprego no Japão. Afora esses, todos os outros tipos de trajetória são extremamente minoritários pelo número de casos que os perfazem (2.6% vinham de um desemprego duradouro; 4.7% provinham do trabalho em tempo parcial, sendo majoritariamente mulheres; e 3.6% de outras situações).

Vistas nessa perspectiva comparada, as realidades das três metrópoles parecem sugerir que, conquanto se intensifique a instabilidade nos percursos ocupacionais, nem de longe seria possível

referir um movimento de “brasilianização” dos mercados antes protegidos. No caso francês, onde um pujante sistema público se erige, a figura que a ele se ajusta é a do desemprego de longa duração; e se transições há, elas se fazem entre os que se movem nas formas ditas a-típicas de trabalho, mas nem de longe põem em risco seja a caracterização de padrões nessas trajetórias, sejam as fronteiras do mercado de trabalho (por uma passagem recorrente à inatividade). No caso japonês, as transições também se dão ao interior do mercado de trabalho; e, num contexto de desemprego relativamente reduzido (embora crescente), é provável que elas se façam preponderantemente entre situações ocupacionais, típicas e a-típicas, as quais merecem maior estudo. Já no caso brasileiro, os paulistas nem dispõem de uma estrutura institucional que lhes faculte manter-se longa e duradouramente no desemprego, nem vivenciam uma norma salarial que tenha generalizado o vínculo formal e durável como experiência; assim sendo, a norma parece ser a enorme recorrência de transições. Se em momentos anteriores (mais exatamente até os 80), tais transições se verificavam predominantemente ao interior do mercado de trabalho (entre ocupação e desemprego); atualmente seu padrão desafia as fronteiras desse mesmo mercado, banalizando o movimento de saída e entrada da atividade econômica, *pari passu* com a intensificação das transições entre situações ao interior do mercado, conseqüência da maior flexibilização das relações de trabalho. Face à recorrência (japonesa) dos empregos, quiçá se possa afirmar a recorrência (brasileira) do desemprego, irreduzível, seja em sua forma, seja em suas implicações, ao desemprego de longa-duração, que tanto desafia a arquitetura dos regimes de proteção de um estado de bem-estar como o francês.

Diante dessa diversidade nos padrões de percurso nos mercados de trabalho, reflexo de construções institucionais que deram lugar a distintas modalidades de sistemas de emprego e regimes de *welfare*, como os indivíduos representam as situações em que competem? Há variações significativas nos seus padrões de procura de trabalho e nas representações sobre as dificuldades de saída do desemprego? A isto dedicarei a parte final deste texto.

*Contextos societais, representações sobre procura de trabalho e recursos para a saída do desemprego: ainda comparando São Paulo, Paris e Tóquio*

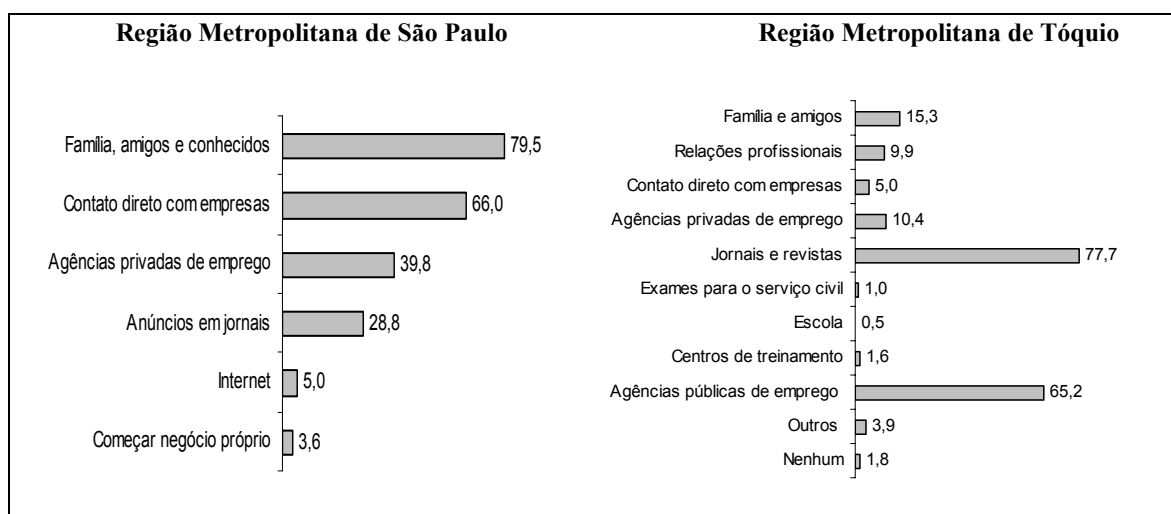
Argumentando de modo mais conclusivo diria que, variando as configurações dos mercados e as percepções sobre o trabalho, variam não somente as trajetórias dos indivíduos, mas as suas representações sobre a procura de trabalho e os padrões de mobilização de recursos para a obtenção de ocupação (se predominantemente mecanismos institucionalizados nos sistemas de emprego e/ou em redes sociais). E, novamente, na comparação de resultados obtidos nos *surveys* realizados nas três

metrópoles, padrões diferentes se revelam. Organizarei tais padrões ao redor de dois temas: mecanismos acionados para a procura de trabalho e dificuldades percebidas na procura de trabalho.

A indagação a respeito dos mecanismos utilizados para a procura é um aspecto particularmente sensível e dependente da forma como, por um lado, se institucionaliza o sistema de emprego e, por outro, se constrói normativamente a figura do desempregado. Vejamos. Em sistemas de emprego onde o padrão de duração dos vínculos é mais estável (como no Japão), ou onde a regulação normativa do desemprego o faz mais protegido (como na França), o significado da desocupação, por um lado, e as condições em que se dá a procura de trabalho, por outro, induzem a que sejam valorizados mecanismos de obtenção de ocupação distintos daqueles que se verificam no Brasil, onde a recorrência das transições se alia à fraca institucionalização do desemprego. Dito de modo direto: veremos em seguida que os recursos mobilizados na procura não são equivalentes nas três metrópoles, mas dependem do contexto em que se procura e este, por sua vez, está determinado pela configuração do sistema de emprego e das formas de reconhecimento institucional do desemprego.

**Figura 4**

**Mecanismos de procura de trabalho em São Paulo e Tóquio**



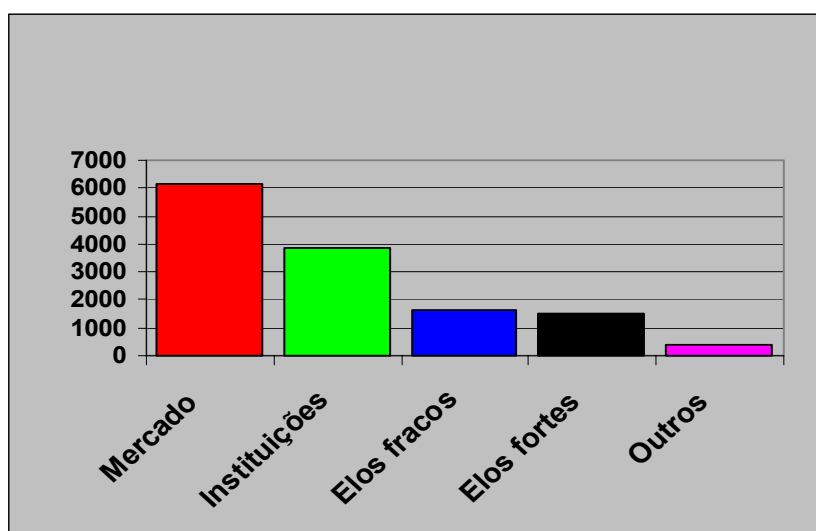
Fonte: Pesquisa direta. Regiões metropolitanas de São Paulo e Tóquio em 2001. Resposta múltipla.

Chama a atenção quão diversos são os recursos mobilizados na procura de trabalho. Enquanto em São Paulo os mecanismos que mais se destacam são as redes sociais, especialmente através dos elos fortes do grupo familiar e dos amigos mais chegados (Granovetter, 1973), e o esforço individual da prospecção direta junto às empresas, em Tóquio, são os recursos disponíveis no espaço público aqueles de que mais se utiliza (consulta a jornais e revistas e recurso ao sistema público de emprego).

Na região de Paris-Île de France, tanto quanto na metrópole paulista, prospectar individualmente as chances abertas no mercado é o meio que se destaca. Entretanto, à diferença desta, a procura direta junto a firmas se faz, antes, com o suporte do sistema público de apoio ao desempregado (ANPE)<sup>19</sup> que com o respaldo de redes sociais, cuja significação é bem menor no caso francês que no caso brasileiro. Observe-se que elos sociais mais fortes e mais fracos são igualmente mobilizados, novamente à diferença do Brasil, onde o destaque vem para o recurso aos parentes e amigos mais chegados.

**Figura 5**

**Mecanismos de procura de trabalho em Paris**



Fonte: Pesquisa direta - Painel TDE, 1995-8.

No caso das regiões metropolitanas de São Paulo e Tóquio, avançamos um pouco mais e investigamos qual a percepção que tinham os indivíduos sobre o mecanismo de procura que lhes permitiu encontrar trabalho. Eficazes, para os entrevistados no Brasil, foram novamente as redes pessoais e a prospecção individual no mercado, através contato com as empresas; isto vale tanto para os que utilizaram apenas mecanismos privados de procura, como para os que combinaram mecanismos públicos e privados; já as agências privadas de emprego (que haviam sido referidas por muitos como recurso freqüentemente mobilizado para buscar trabalho) foram consideradas como ineficazes para obtê-lo. No Japão, as redes sociais (pouco relevantes entre os mecanismos mais acionados para procura) surgem como recursos eficazes para obter trabalho, conquanto o destaque maior seja, novamente, para os mecanismos públicos (jornais e revistas, agências do sistema público PESO e escola); a prospecção direta, à diferença do Brasil, é tida como pouco frutífera.

<sup>19</sup> Estratégia do “bom desempregado”, que deve mostrar à ANPE que não descuida de prospectar o mercado.

**Quadro 5**  
**Tóquio: Mecanismos eficazes para obter trabalho**

Recurso eficaz	%
Jornais, revistas	25,6
Contato direto com as empresas	7,2
Familiares e amigos	16,9
Colegas de trabalho	6,8
Agências privadas de emprego	1,8
Exames para serviço civil	0,6
Escola	13,4
Centros de treinamento	0,5
Agência pública de emprego	15,7
Outros	3,3
Nenhum	8,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa Direta, 2001

**Quadro 6**  
**São Paulo: Mecanismos eficazes para obter trabalho**

Tipo de recurso usado	Recurso eficaz	%
<i>Somente Acionaram Mecanismos de Procura Privado</i>	<i>Total</i>	<i>75,2</i>
	Anúncio em Jornais	2,0
	Agência Privada	3,3
	Parente, Amigo, Conhecido	36,0
	Diretamente na Empresa	25,0
	Outro (2)	8,9
<i>Acionaram Mecanismos de Procura Públicos e Privados</i>	<i>Total</i>	<i>20,1</i>
	Parente, Amigo, Conhecido	8,0
	Diretamente na Empresa	6,4
	Demais Mecanismos Privados(3)	2,4
	Mecanismos Públicos (1)	(5)
	Outro (4)	2,2
<i>Somente Acionaram Mecanismos de Procura Públicos (1)</i>		(5)
<i>Não Acionaram Nenhum Mecanismo de Procura</i>		4,5
<b>Total</b>		<b>100,0</b>

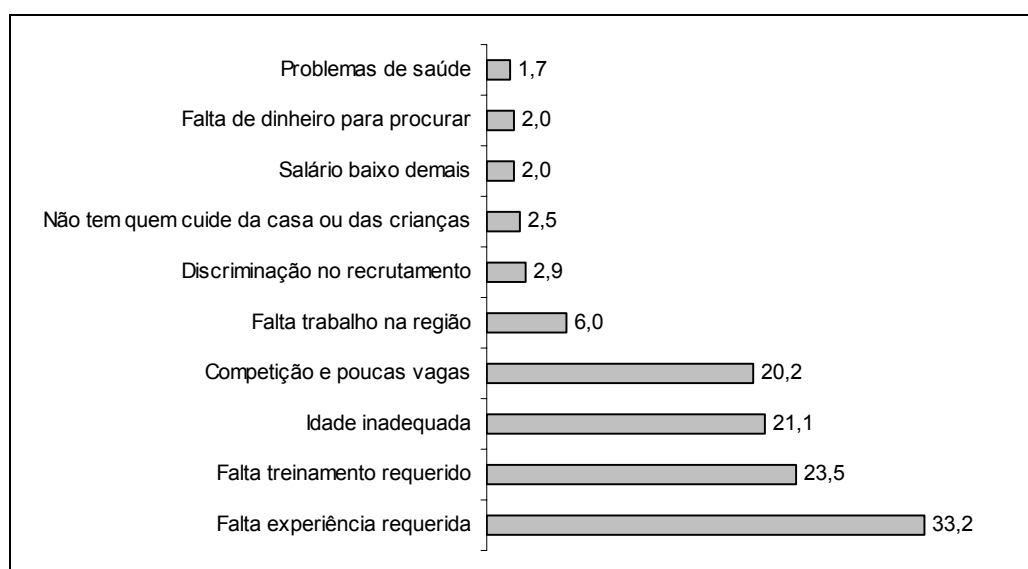
Fonte: Pesquisa direta, 2001.

- (1) Inclui postos de atendimento ligados ao Governo Estadual (SERT, PAT, Sine, Poupatempo), às Prefeituras Municipais e Centrais Sindicais.
- (2) Inclui Internet, abrir negócio próprio, aqueles que foram convidados para o trabalho, aprovados em concurso, etc.
- (3) Inclui Internet, abrir negócio próprio, anúncio em jornais e agência privada.
- (4) Inclui quem foi convidado para o trabalho, foi aprovado em concurso, trabalhador familiar, etc.
- (5) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

E o que dizer das percepções com respeito às dificuldades para obter trabalho? Ora, numa metrópole, como São Paulo, onde a curta duração dos vínculos prévios é a norma e a recorrência é intensa, a percepção por certo será distinta de uma outra onde é a longa duração dos vínculos prévios que marca da biografia ocupacional do demandante de trabalho.<sup>20</sup> Os aspectos relativos às condições da concorrência no mercado, sejam aqueles que resultam da escassez de oportunidades, sejam os que dizem do desajuste entre perfil almejado pelo empregador e características do desempregado são os que mais se destacam no caso de São Paulo.

**Figura 6**

**São Paulo: Principais dificuldades na procura de trabalho**



Fonte: Pesquisa direta, 2001.

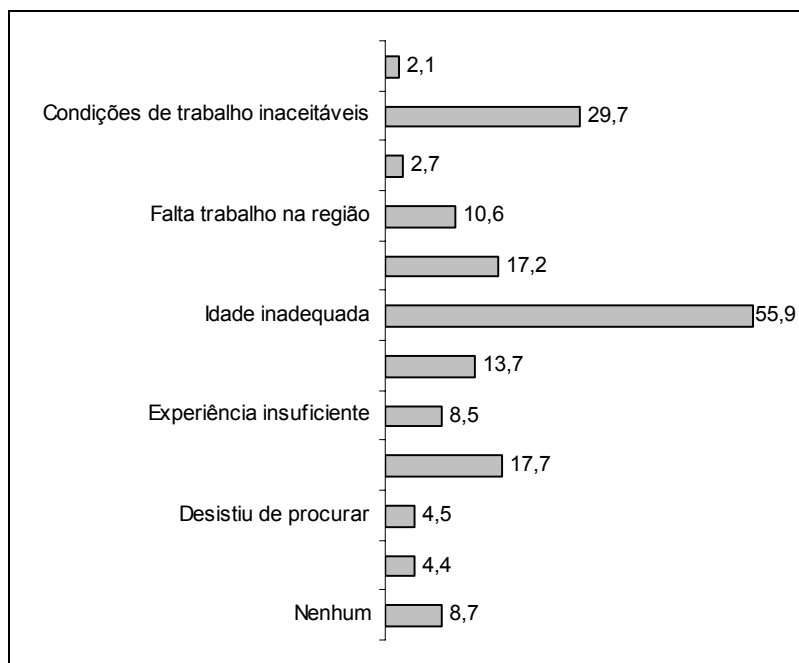
E no caso da região metropolitana de Tóquio? Aqui os obstáculos à obtenção de emprego são algo distintos: idade inadequada ao requerido pelas empresas (55,9) e condições de trabalho inaceitáveis para os demandantes de trabalho (29,7) são, de longe, os mais importantes; ausência de vagas (17,2) e qualificação e experiência inadequadas (17,7) vêm em seguida; finalmente, uma

<sup>20</sup> Na região metropolitana de São Paulo, 6 em cada 10 dos entrevistados tinham estado menos que 1 ano no emprego anterior; e 3 em cada 10 não alcançaram sequer permanecer 3 meses. O perfeito oposto ocorre em Tóquio: 6 em cada 10 desempregados havia tido um vínculo anterior que durara 3 anos ou mais; para 4 em 10, essa duração chegou mesmo a ultrapassar uma década; e somente 1 em 10 estivera ocupado por período inferior a 1 ano.

terceira ordem de fatores tem a ver com a escolaridade inadequada (13,7%) e a falta de trabalho na região de procura (10,6%).

**Figura 7**

**Tóquio: Principais dificuldades na procura de trabalho**



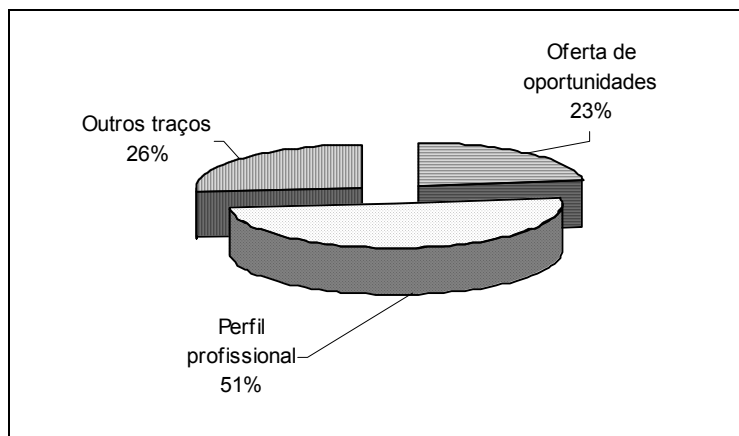
Fonte: Pesquisa direta, 2001.

Ordenando a informação de uma outra maneira, vê-se que a percepção sobre as dificuldades varia. Para melhor evidenciá-lo, grupamos os fatores referidos em três ordens principais segundo seu elo com a operação do mercado: aqueles que refletem dificuldades na oferta de oportunidades de trabalho; aqueles que refletem inadequação no perfil profissional do trabalhador (qualificação e experiência); e aqueles que refletem o peso de outras características, atributos do trabalhador que o (des)qualificam para a disputa no mercado (idade, sexo, hígidez física, etc.). São as oportunidades, as qualificações ou outros atributos as barreiras dominantes no acesso ao trabalho?

Assim fazendo, vemos que, no caso da região metropolitana de São Paulo, a vulnerabilidade individual em relação às condições de disputa no mercado é bem mais evidente e generalizada. O problema da inadequação do perfil profissional é de longe percebido, pelos paulistas, como sendo o mais grave (53%); segue-se da escassez de oportunidades (23%); e não sem razão, pois a pesquisa foi a campo num momento de crise aguda de desemprego. Mas isto também se verificava no Japão e, no entanto, tal percepção é bem mais baixa (16%).

**Figura 8**

**São Paulo: Oportunidades, qualificações ou atributos?**

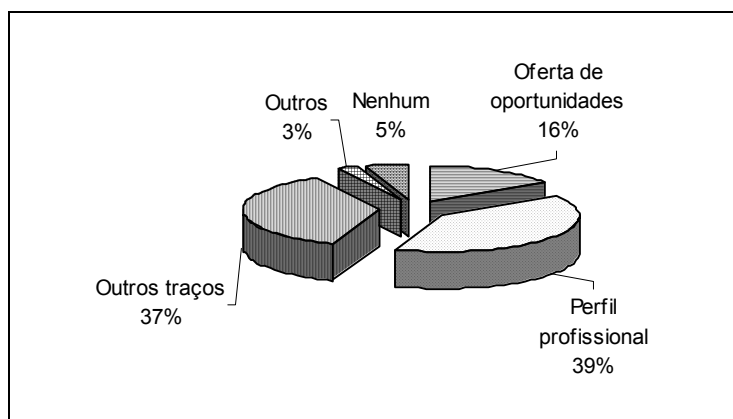


Fonte: Pesquisa direta, 2001

Em Tóquio, tanto quanto a inadequação do perfil profissional de qualificação e experiência (39%), se destaca a barreira proveniente de outros atributos, no caso a idade inadequada, que desqualifica o trabalhador para o posto de trabalho.

**Figura 9**

**Tóquio: Oportunidades, qualificações ou atributos?**

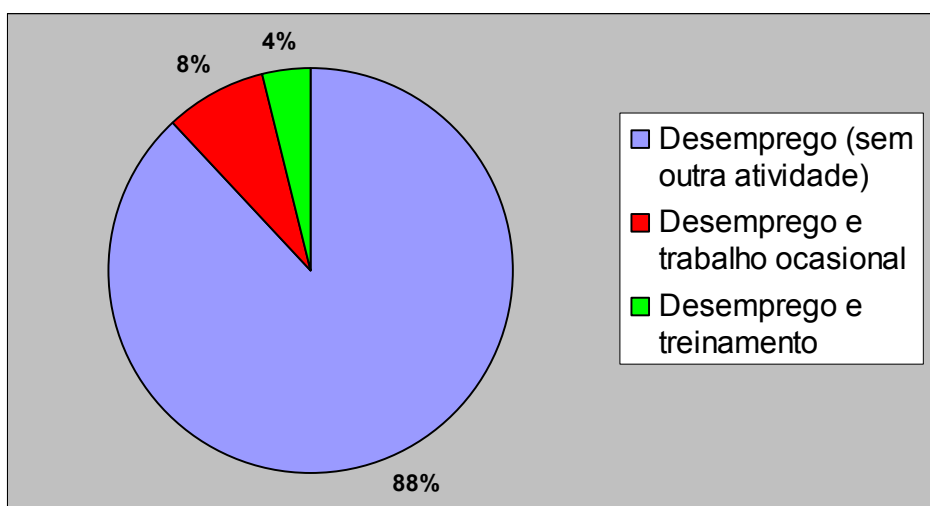


Fonte: Pesquisa direta, 2001.

No caso de São Paulo, 7 em cada 10 trabalhadores percebem que é a adversidade do mercado, expressa tanto na competição por vagas escassas, quando na barreira ao acesso àquelas disponíveis dada a inadequação do perfil de qualificação e experiência. E se outras características pesam, elas o fazem bem menos que no caso japonês, onde quase 4 em cada 10 trabalhadores se ressentem da posse de atributos valorizados pelo empregador, e sentem notadamente a barreira da idade elevada.

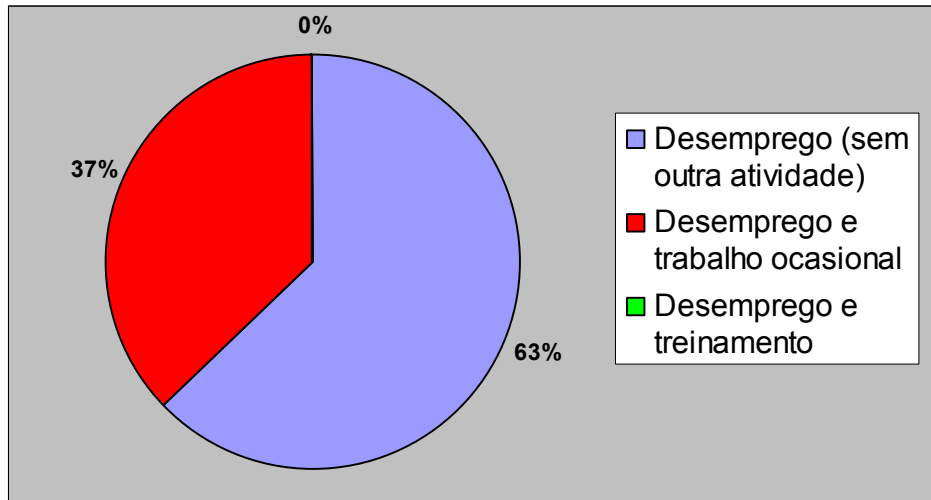
Vemos, assim, que os contextos onde se procura trabalho marcam de modo importante tanto os recursos mobilizados para localizar oportunidades, como as dificuldades sentidas na sua busca. Não sem razão, e com isto concluímos, as situações dominantes enquanto desempregado podem variar tão grandemente entre metrópoles, como o atestam as figuras finais para Paris e São Paulo. No primeiro caso, a procura de trabalho pode ter lugar numa situação de desemprego aberto que é a característica entre 9 em cada 10 demandantes franceses de emprego. Permanecer por tempo crescente e em número assim elevado numa situação onde somente a procura de trabalho tem lugar – e onde é minoritária a presença de trabalho, mesmo que ocasional – só se mostra possível quando um sistema de institucionalização do desemprego desloca o trabalhador para a esfera do suporte público. São desempregados – auto-reconhecidos e institucionalmente também reconhecidos – e, por isto mesmo, mantidos pelo sistema público de emprego.

**Figura 10**  
**Paris: O desemprego fortemente institucionalizado**



Fonte: Painel TDE, 1995-1998

**Figura 11**  
**São Paulo: O desemprego fracamente institucionalizado**



Fonte: Pesquisa direta, 2001.

Já no caso brasileiro, visto aqui a partir dos dados para a região metropolitana de São Paulo, em 2001, 4 em cada 10 desempregados se mantinham recorrendo ao trabalho ocasional, dada a escassa capacidade de inclusão do sistema público de proteção em face à situação de desemprego. Suas vicissitudes se resolvem, por isto mesmo, e tal como vimos antes, pelo recurso precípua à esfera privada, às redes sociais em que se inserem e, nelas, àqueles elos mais fortes – aos parentes, amigos e círculos próximos de conhecimento. Assim se procura trabalho, assim se obtém trabalho e assim se organiza a sobrevivência.

## Referências bibliográficas

- Beck, Ulrich. (2000). *The Brave New World of Work*. Cambridge, Polity Press.
- Biderman, Ciro; Guimarães, Nadya Araujo (2002). “Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999)”, versão revista da Comunicação apresentada à sessão sobre “Flexibilidade, Segmentação e Equidade”, da II Conferência Internacional Cebrap-Ilas, promoção do Cebrap – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e do ILAS – Institute for Latin American Studies da Columbia University, São Paulo, 18-20.03.2002
- Canceill, Geneviève; Huyghues Despointes, Hervé (1999). “L’Inscription à l’ANPE et Après : Itinéraires de Chômeurs ». In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 37.1, Setembro de 1999
- Canceill, Geneviève; Huyghues Despointes, Hervé (2003). “Passage par le Chômage et Dynamique des Revenues ». In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 04.3, Janeiro de 2002
- Cardoso, Adalberto (2000). *Trabalhar, Verbo Transitivo*. Rio, Editora da FGV.
- Castel, Robert (1995). *Les métamorphoses de la question sociale – une chronique du salariat*. Paris, Fayard.
- Choffel, Philippe e Delattre, Éric. (2003). “Habiter un Quartier Défavorisé: Quels Effets sur la Durée de Chômage ? » In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l’Emploi et de la Solidarité, n. 43.1, Outubro de 2003.
- Comin, Alvaro (2003). *Mudanças na estrutura socio-ocupacional do mercado de trabalho em Sao Paulo*. Tese de Doutorado em Sociologia, São Paulo, Universidade de São Paulo.
- Dedecca, Claudio S. (1999). *Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado*. Campinas, Unicamp-IE, Coleção Teses.
- Demazière, Didier. (1995) *La sociologie du chômage*. Paris : La Découverte.
- Demazière, Didier. (1995-a), « La construction sociale du chômage de longue durée ». In : *Le chômage de longue durée*, Paris, PUF, cap. 1, pp. 5-31.
- Demazière, Didier e Dubar, Claude (1997) *Analyser les entretiens biographiques: l'exemple des récits d'insertion*. Paris, Nathan.
- Demazière, Didier ; Guimarães, Nadya Araujo ; Hirata, Helena Sumiko ; Pignoni, Maria-Teresa ; Sugita, Kurumi (2000) “Chômage: Approches institutionnelle et biographique. Une comparaison Brésil, France, Japon ». Paris, Mars.
- Gallie, Duncan, Paugam, Serge. (2000) *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford, Oxford University Press.
- Freyssinet, Jacques (1984) *Le chômage*, Paris : La Découverte.
- Freyssinet, Jacques (1997). « Le rôle du chômage de masse dans la flexibilisation de l’emploi ». In : Béatrice Appay e Annie Thébaud-Mony (eds.). *Précarisation sociale, travail et santé*, Paris, IRESCO, pp. 229-239.
- Friot, Bernard e Rose, José (1996). *La Construction Sociale de l’Emploi en France – Les années soixante à aujourd’hui*. Paris, L’Harmattan e Forum, cap. 1 (« L ‘emploi en débat”), pp. 9-46.

Gautié, Jérôme (2003). « Transitions et trajectoires sur le marché du travail », *Quatre-Pages*, n. 59, sept., Paris, Centre d'Études sur L'Emploi.

Granovetter, Mark S. (1973) "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, 1973, pp. 1361-1380.

Guimarães, Nadya Araujo (2003) "Transições ocupacionais. Uma análise da Região Metropolitana de São Paulo (1994-2001). Comunicação ao Seminário CEM-SEI "Mobilidade ocupacional da força de trabalho", Salvador, 29-30 de abril, 29 pp.

Guimarães, Nadya Araujo (2004). "Transições ocupacionais e formas do desemprego em São Paulo e Paris", Comunicação à Mesa Redonda "Dinâmica do mercado de trabalho e emprego", ocorrida no "Seminário sobre Estrutura social e segregação espacial – São Paulo, Rio de Janeiro e Paris", promoção do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), Cebrap, São Paulo, 29 de junho de 2004, 28 pp.

Guimarães, Nadya Araujo (2004-a) "Welfare regimes and occupational trajectories. Unemployment in São Paulo, Paris and Tokyo". Comunicação apresentada ao 16th Annual Meeting, SASE – Society for the Advancement on Socio-Economics, Washington, Research Network on "Labor Markets, Education and Human Resources", 8-11 de julho de 2004, 30 pp. In: [www.sase.org](http://www.sase.org)

Guimarães, Nadya Araujo et al (2003). *Desemprego. Abordagens institucional e biográfica. Uma comparação Brasil, França, Japão*. Relatório Final do Auxílio CNPq 469792-00, São Paulo. Versão digital em <http://www.fflch.usp.br/sociologia/nadya>

Guimarães, Nadya Araujo; Hirata, Helena; Montagner, Paula; Sugita, Kurumi (2003) "Desemprego: atores, instituições e políticas numa perspectiva comparada". Comunicação ao XI Congresso da FIEALC, Osaka, 24-27 de setembro, 33 pp.

Guimarães, Nadya Araujo, Silva, Paulo Henrique e Farbelow, Marcus V. (2004). "Transições ocupacionais, recorrência do desemprego e desigualdades de sexo e cor. São Paulo numa perspectiva comparada". Comunicação apresentada ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Painel 50, Coimbra, 15-18 de setembro de 2004, 28pp.

Lautier Bruno (1987). "Fixation restreinte dans le salariat, secteur informel et politique d'emploi en Amérique Latine", *Revue Tiers Monde*, n. 110.

Maruani, Margaret ; Reynaud, Emmanuèle. (1993) *Sociologie de l'emploi*. Paris, Éditions La Découverte (Collection Repères, n. 132). Cap. II (« Le Chômage ») pp. 26-45.

Maruani, Margaret (2002). *Les Mécomptes du Chômage*. Paris, Bayard.

Montagner, Paula (2003).

Pignony, Maria-Teresa ; Poujouly, Christel (1999). « Trajectoires professionnelles et récurrence du chômage » in DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, n. 14.3, Abril de 1999.

Pignony, Maria-Teresa ; Poujouly, Christel ; Viney, Xavier (1998). « Sortir du Chômage : des Chances Inégales selon le Contexte Local ». In : DARES. *Premières Informations et Premières Synthèses*, Paris, Ministère de l'Emploi et de la Solidarité, n. 26.1, Junho de 1998.

Supiot, Alain (ed.) (1999). *Au-delà de l'Emploi*. Paris, Flammarion.